

NO LIMIAR DA INDUSTRIALIZAÇÃO

LIANA MARIA AURELIANO

Editora Brasiliense, 1981, São Paulo

Rui Guilherme Granziera

A apreciação do livro da Profa. Liana Maria Aureliano deve certamente se iniciar pela explicação do seu título. Por que limiar e por que industrialização?

O período objeto da análise é nitidamente um período da passagem, na nossa História, de um movimento específico da economia para outro distinto. De uma dinâmica, propulsada pelo mercado externo a uma outra, endógena. De uma economia exportadora capitalista a uma economia em que o capital industrial se destaca, ganha autonomia do capital cafeeiro que comandava aquela. E também o período da superação da fase de crescimento industrial que ocorrera no bojo da antiga economia, para uma fase de industrialização propriamente dita, visto que o capital industrial, ainda que tolhido pelas vicissitudes internas e externas, imprime não só o novo ritmo, mas sobretudo aparece impregnado pela primeira vez na história brasileira da ação efetiva e da presença do Estado.

Destacar os méritos e apontar as lacunas talvez seja o caminho natural de uma resenha. No caso presente, entretanto, é necessário — e tudo o mais passa a ser secundário — destacar a valiosa contribuição que a Profa. Liana nos oferece ao visualizar a importância da ação estatal e situá-la nos marcos de seus limites e contradições. De qualquer forma, a sua focalização já constitui salto teórico da mais alta importância. E explico porque assim penso.

No processo de constituição das forças produtivas capitalistas, daquelas que deram origem e força ao próprio sistema, houve uma acumulação, no sentido literal de aglutinação, de vários fatores. Foi, no entanto, a ação do Estado que os aglutinou e, não só isso, os potenciou em direção à eclosão do sistema capitalista.

Por isso, a ótica oferecida neste livro é teórica e historicamente verdadeira, poderíamos então dizer científica, pois entrevê a dinâmica da acumulação de capital, antes e depois da crise de 1929, pelo foco adequado: antes de 29, ao apontar os meandros que levavam à fragilidade financeira do Estado, resultante da dinâmica da economia cafeeira e dos seus próprios reclamos de ações de política econômica; depois de 30, ao surpreender um Estado que toma consciência de si mesmo como *locus* de onde emanam as providências reclamadas pela crise, mas de um Estado ainda preso aos marcos institucionais do poder oligárquico. Este, impotente para formular através da máquina estatal qualquer solução concreta ou duradoura, ensaja um período de crise de hegemonia (30-37) que vai ao mesmo tempo dando autonomia ao próprio Estado, que, por sua vez, aos poucos sobrepõe-se e propulsa as classes sociais, através da política econômica, na direção da industrialização.

O processo histórico e os percalços desse caminho podem então ser apreendidos por vezes da ação pessoal dos governantes, por vezes nos instrumentos acionados para atingir objetivos imediatos, nas respostas às pressões de um mercado internacional em crise, mas é realmente na ótica em que os situa é que a Profa. Liana nos dá a garantia de sua contribuição.

O livro está organizado em três capítulos cujos títulos são significativos e expressam sua metodologia: os dois primeiros versam sobre a crise da Economia Exportadora Capitalista; no primeiro, estuda-se a dinâmica da acumulação de capital de 1919 a 1929; no segundo, a política econômica e a crise da hegemonia cafeeira. E, finalmente, o terceiro leva por título "Estado e Industrialização (1930/1937)".

No primeiro capítulo, a Profa. Liana ressalta com propriedade o surgimento do embrião do departamento de bens de produção, a pequena indústria do aço, a indústria de cimento, a fabricação de motores elétricos, de máquinas para a indústria do açúcar, como que preparando o futuro em que se balizará o crescimento e a ação estatal.

No segundo capítulo, como não podia deixar de ser, é destacada a velha prática das desvalorizações cambiais como meio de proteção a uma lucratividade sempre abalada pelas oscilações do mercado internacional e, o mesmo tempo, sua limitação como medida permanente diante da integração da economia brasileira nesse mesmo mercado, e no sistema monetário então vigente, que impunha o recurso à dívida externa para o equilíbrio cambial e como meio às perseguidas políticas de valorização do café. De qualquer maneira, fica claro que são os ortodoxos instrumentos monetários, cambiais ou tarifários os únicos que preenchem a cena com que se debate a burguesia cafeeira.

No terceiro capítulo deve merecer destaque a explicação de como a indústria de bens de consumo tradicional desvincula-se de suas antigas funções dentro da economia agrícola e passa a atender, primordialmente, a reprodução da força de trabalho na indústria. E esse resultado está ligado à defesa do próprio café, ao aumento da lucratividade do setor de bens de produção e à política salarial imposta pelo Estado.

Acompanhadas as suas bem cuidadas e bem localizadas tabelas de dados e, finalmente, terminada a leitura do livro, percebe-se definitivamente que a "revolução keynesiana" operada no Brasil antes de Keynes, o foi realmente na medida em que o Estado saltou à frente, definiu novos instrumentos de política econômica, mas não o foi totalmente porque o capital industrial era limitado em suas bases técnicas para o necessário salto à indústria pesada e, *last but not the least*, porque subia ao palco o que a Profa. Liana bem chamou de "uma burguesia industrial paradoxalmente não muito industrializante"...

USA — A CRISE DO ESTADO CAPITALISTA

JAMES O'CONNOR

Paz e Terra, Rio de Janeiro

José Nivaldo Gomes Cordeiro

O livro de James O'Connor é um retrato minucioso da sociedade norte-americana, enfocada em suas lutas e contradições manifestas no seio do Estado. Estudando as relações de classes dentro do aparelho de Estado, O'Connor desce a nível de detalhes, abrangendo desde as administrações municipais até à nacional. É grande a quantidade de informações transmitidas pelo Autor, fartos são os dados históricos apresentados e até a estrutura e a

representatividade dos principais partidos políticos daquele país são expostas de maneira crítica, revelando a estrutura de poder e de tomada de decisões do maior Estado capitalista que o mundo jamais conheceu.

O autor parte de duas premissas: A primeira é a de "que o Estado capitalista tem de tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação". A segunda premissa é a de que "as despesas estatais têm um caráter duplo correspondente às duas funções básicas do Estado capitalista: capital social e despesas sociais". É evidente a ligação entre uma e outra. Ao buscar realizar a primeira função — a acumulação — a ampliação do capital social tende a reduzir os custos dos investimentos privados, na medida em que propiciam adequada infra-estrutura, adestramento gratuito de mão-de-obra, redução dos custos de transportes, etc.

As despesas sociais, por sua vez, compreendem "projetos e serviços exigidos para a manutenção da harmonia social — para cumprirem a função de legitimação do Estado". Dentro destas despesas encontra-se todo o complexo previdenciário que permite a acomodação da população excedente (desempregados) e a empregada mediante baixos salários no setor competitivo da economia, possibilitando dessa forma a manutenção da paz social. Claro que o aparato repressivo é uma despesa social também que ajuda (ou impõe) esta paz social.

Importa observar que existem, para o autor, interesses convergentes entre segmentos das classes trabalhadora e capitalista e divergentes intraclasses. Assim o Estado, ao tentar realizar a primeira função básica, beneficia o capital monopolista e os trabalhadores sindicalizados em detrimento do capital competitivo e dos trabalhadores não sindicalizados. A realização da segunda função básica obviamente busca a legitimação perante os segmentos prejudicados.

O Autor divide a economia em três setores: o monopolista, o competitivo e o estatal. Durante todo o transcorrer de sua análise tenta demonstrar o inter-relacionamento desses três setores e como se processa a crise dentro do Estado. O livro apresenta duas teses básicas. A primeira é de que "o crescimento do Estado tanto é causa quanto efeito da expansão do capital monopolista". Isto significa que "quanto maior o crescimento do capital social, tanto maior o crescimento do setor monopolista. E quanto maior o crescimento do setor monopolista, maiores serão os gastos públicos em despesas sociais de produção".

A segunda tese básica é que a acumulação de capital social e o aumento das despesas sociais são um processo contraditório que cria tendências para crises econômicas, sociais e políticas. Esta tese tem duas linhas de análise. A primeira é de que "a socialização dos custos e a apropriação privada dos lucros geram uma crise fiscal ou uma 'brecha estrutural' entre as despesas do Estado e suas rendas".

A segunda linha de argumentação é a de que "a crise fiscal do Estado é exacerbada pela apropriação do poder do Estado para finalidades particularistas", constituindo-se a elaboração do orçamento público instrumento de benefícios de determinados grupos sociais que detêm o poder. Dessa forma, exclui-se o mercado e o sistema de preços da coordenação das demandas, visto que estas passam a ser determinadas pelas disputas políticas.

A expansão do setor monopolista traz consigo dupla conseqüência: a geração de excedente de capital (isto é, excedente de capacidade produtiva) e de população (desemprego tecnológico). Isto porque este setor tem historicamente obtido ganhos significativos de produtividade. A criação de capital excedente gera a possibilidade (ou a necessidade) de exportação de capital, induzindo ao aumento de gastos bélicos para a proteção do capitalismo além-fronteiras. A geração da população excedente cria a necessidade de aumentar os dispêndios previdenciários. Dessa forma são postas as condições para o surgimento do que o autor chamou de "Warfare-welfare State". É o Estado militarista previdenciário surgindo como necessidade do capital monopolista. O'Connor afirma que a razão para o

crescimento das despesas bélicas e previdenciária "é que durante períodos passados de expansão militar no estrangeiro, o aparelho previdenciário do Estado não foi desmantelado. E quando o orçamento previdenciário ampliou-se (...) não foi desmantelado o 'Stablishment' militar". Assim, identifica o autor o crescimento, lado a lado, de ambas as despesas no longo prazo.

Uma alternativa que O'Connor vê delinear-se para amenizar a crise fiscal é a criação de um complexo sócio-industrial que surgiria em contraposição ao complexo militar industrial. Mas essa alternativa só seria viável mediante amplo crescimento da produtividade dos setores administrados por critérios não capitalistas, notadamente aqueles que o Estado administra. Todavia tal mudança implicaria em aglutinação política inclusive a nível partidário. Nota-se que este livro foi editado pela primeira vez em 1973 e hoje temos Ronald Reagan no poder, um notório representante dos setores ditos conservadores. Estamos para ver ainda o complexo sócio-industrial.

Não obstante o particularismo de sua análise enfocando os Estados Unidos em toda sua amplitude, as conclusões daí tiradas são perfeitamente generalizáveis, principalmente se o fizermos para os países chamados desenvolvidos. Para o Terceiro Mundo, conquanto não possamos recusar as teses básicas, os fatos são outros e outras são as situações. Cogitar um Estado Previdenciário no Brasil no curto prazo é um contra-senso, mesmo considerando a enorme massa de excluídos aqui existente. Mas basta uma rápida olhada na história da industrialização para concluirmos que o crônico déficit (inclusive o externo) orçamentário tem sido a mola mestra da expansão industrial, quer tenha sido causado pelas transferências e subsídios ao capital privado (incluindo os implícitos nos financiamentos a juros negativos), quer tenha sido causado pelos maciços investimentos em infra-estrutura. Torna-se desnecessário dizer que a decisão de em que é onde investir ou incentivar é eminentemente política, representando interesses classistas de quem domina o aparelho de Estado. No Brasil, mais do que em qualquer outro lugar, a centralização dos recursos a nível federal pelo Estado contribuiu decisivamente para beneficiar as classes capitalistas, mormente a industrial monopolista, levando-nos a afirmar sem receio de estar longe da realidade que, sem esse poderoso instrumento de dominação que é o orçamento do Estado numa sociedade onde os interesses das classes dominadas não são levados em conta, esse padrão de industrialização aí montado não existiria, assim como os males dele derivados (desemprego, miséria, concentração de renda, etc.).

O'Connor é um lúcido analista de sua sociedade.

CAPITAL ESTRANGEIRO NA AGRICULTURA

PLINIO SAMPAIO

Editora Vozes, 1978

Sônia Martins Giordano

Neste estudo baseado exclusivamente em dados publicados o Autor apresenta, sob vários aspectos, o espaço e a atividade das empresas estrangeiras dedicadas não só à agricultura, mas também àquelas atividades relacionadas a ela, como a comercialização e o processamento industrial.

Uma primeira evidência que se apresenta é a de que do total do capital estrangeiro investido no Brasil, menos de um terço está atuando em setores relacionados à produção agrícola. Esse capital corporifica-se em empresas que produzem tratores, fertilizantes, rações, remédios, bebidas, cigarros, papel, alimentos industrializados e também madeira e alimentos, sendo que apenas 7% dessas empresas atuam diretamente na produção primária.

Há um detalhamento sobre a situação dessas empresas que são agrícolas propriamente. São apresentados dados sobre a sua magnitude dentro do setor, distribuição geográfica, tipo de exploração, tecnologia empregada, nível de investimento e relações de trabalho vigentes. Dada a diversidade das empresas e das regiões em que elas atuam, o Autor esboça uma tipologia e vai comparando cada tipo com as suas congêneres tupiniquins, sejam as de propriedade de pessoas físicas, sejam as empresas de pessoas jurídicas. Apesar da diversidade dos tipos, o Autor sugere que as empresas estrangeiras não estão colaborando visivelmente para elevar a produtividade ou a lucratividade agrícolas apesar de estarem, em algumas regiões, empregando maior volume de trabalhadores por área e admitindo maior percentual de trabalhadores fixos. Um dado interessante é que as diferenças entre as empresas estrangeiras e as propriedades de pessoas jurídicas, ou seja, de capitalistas brasileiros, são mínimas ou nulas no que diz respeito às formas e tipos de exploração.

Quanto às empresas que atuam em áreas relacionadas à agricultura, o Autor apresenta dados percentuais que ilustram a participação das estrangeiras por ramo de atividade. Admitindo que participações superiores a 30% tanto no faturamento quanto no patrimônio líquido sejam suficientes para exercer influência determinante no mercado de um produto, o Autor formula a hipótese de que o capital estrangeiro esteja dominando os setores de laticínios, carnes frigorificadas, moinhos, café solúvel, fumo, produtos alimentares, papel e papelão e óleos vegetais. Por falta de dados desagregados os setores de insumos agrícolas e máquinas não puderam ser analisados, caso contrário a lista incluiria outros itens. O que chama a atenção nesses dados é não só a faixa de participação das estrangeiras, mas também o grau de concentração. No caso do setor fumo, por exemplo, apenas 4 empresas detêm 92% do faturamento; no de óleos vegetais também 4 empresas detêm 46% do faturamento, sendo que apenas duas delas são responsáveis por 30%.

O livro apresenta ainda a legislação a que estão sujeitas as empresas estrangeiras no Brasil, e que é extremamente liberal no que diz respeito a condições de ingresso, remessa de lucros, importação de tecnologia. Mostra que não há qualquer espécie de discriminação contra essas empresas no que diz respeito aos incentivos especiais oferecidos pelo governo, e conclui que o conjunto de incentivos aos empreendimentos realizados na Amazônia e no Nordeste e aqueles destinados à exportação contribuiu bastante para a acelerada penetração do capital estrangeiro nas atividades ligadas à agricultura, principalmente nestes cinco ou seis últimos anos. Observa que, se a justificativa econômica para o ingresso de capitais estrangeiros estriba-se no fato de que essa penetração representa uma contribuição externa para o esforço de desenvolvimento, parece paradoxal que se utilize parte da poupança nacional captada pelo fisco para subsidiar o capital estrangeiro e desse modo induzi-lo a se aplicar nos ramos e lugares desejados pelo governo.

Infelizmente o trabalho tem pouco a dizer sobre os setores de insumos e máquinas agrícolas, uns dos mais dominados pelo capital estrangeiro e de importância estratégica tanto pela influência que exercem na determinação da tecnologia agrícola quanto pelo peso que representam para nossa pauta de importações, mas, enfim, isso daria assunto para um outro livro, nesta tarefa de identificar os personagens da vida econômica, tal como ela está acontecendo, estes últimos anos, no Brasil.